

A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 1 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-864-9 DOI 10.22533/at.ed.649192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, no Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

O Volume 2, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

O Volume 3, são 29 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

Fechando esta edição, no Volume 4 trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO INFANTIL

CAPÍTULO 1 1

A CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: UMA PROPOSTA DE TRABALHO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ARACAJU

Lavinia Vieira Dias Cardoso
Laura Verena Correia Alves
Mariane dos Santos Ferreira
Lorena Lima dos Santos Cardoso
Silviane dos Santos Rocha Nunes
Grasiela Pereira Ferreira
Nuala Catalina Santos Habib
Jéssica Gleice do Nascimento Gois
Gabriela Nascimento dos Santos
Claudia Sordi

DOI 10.22533/at.ed.6491923121

CAPÍTULO 2 9

A GESTÃO ESCOLAR E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Jéssica Dombrowski
Juliane Marschall Morgenstern

DOI 10.22533/at.ed.6491923122

CAPÍTULO 3 20

AS INTERFACES DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NUMA ESCOLA PÚBLICA DE BRAGANÇA, PARÁ

Irani de Almeida Farias
Francisco Pereira de Oliveira
Raul da Silveira Santos
Juliana Patrizia Saldanha de Souza
Neidivaldo Santana Cruz

DOI 10.22533/at.ed.6491923123

CAPÍTULO 4 34

COM-POR EM JOGO: EXPERIÊNCIAS DE UMA PROFESSORA-PERFORMER NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Roberta Liz de Queiroz Sousa de Deus

DOI 10.22533/at.ed.6491923124

CAPÍTULO 5 44

DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS PREMATUROS: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL

Elza Francisca Corrêa Cunha
Margarida Maria Silveira Britto de Carvalho
Stella Rabello Kappler

DOI 10.22533/at.ed.6491923125

CAPÍTULO 6 52

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Adenir Vendrame
Célia Danelichen

Mariza Aparecida Bail

DOI 10.22533/at.ed.6491923126

CAPÍTULO 7 64

“HISTÓRIAS DE UM DICIONÁRIO MALUCO NO JARDIM DE INFÂNCIA”

Maria Filipa Ferreira Borges de Azevedo

Paulo Manuel Miranda Faria

Altina da Silva Ramos

DOI 10.22533/at.ed.6491923127

CAPÍTULO 8 78

INFÂNCIA: CORPO E APRENDIZAGEM

Silvano Severino Dias

DOI 10.22533/at.ed.6491923128

CAPÍTULO 9 87

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (IM)POSSIBILIDADES DE AUTORIA DOCENTE

Rosely Santos de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.6491923129

CAPÍTULO 10 97

REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: A VISÃO DOS PAIS DE ALUNOS DE UM CEIM EM SÃO MATEUS, ES

Juscilene Andrade de Oliveira Bittencourt

DOI 10.22533/at.ed.64919231210

ENSINO MÉDIO

CAPÍTULO 11 111

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: A EVASÃO ESCOLAR E ENSINO TÉCNICO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Suzane Rodrigues da Silva

DOI 10.22533/at.ed.64919231211

CAPÍTULO 12 121

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO DE 2017: FINANCIAMENTO E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Renato de Menezes Quintino

Silvia Elena de Lima

Sueli Soares do Santos Batista

DOI 10.22533/at.ed.64919231212

CAPÍTULO 13 133

EFETIVIDADE DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD) NA INIBIÇÃO DO USO DE DROGAS ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

João Maurício de Souza Netto

Vilson Leonel

DOI 10.22533/at.ed.64919231213

CAPÍTULO 14 148

ESTATÍSTICA NO ENSINO MÉDIO: UMA ABORDAGEM POR MEIO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA A RESPEITO DA DENGUE

Luí Fellippe da Silva Bellincantta Mollossi
Pamela Paola Leonardo

DOI 10.22533/at.ed.64919231214

CAPÍTULO 15 157

O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PECULIARIDADES DE UMA EFA NA CONCEPÇÃO DOS MONITORES

Aleilde Santos Araujo
Davi de Souza Silva

DOI 10.22533/at.ed.64919231215

CAPÍTULO 16 169

O ENSINO DE CIÊNCIAS NO MÉDIO MEARIM: MOMENTO DE (RE) CONSTRUIR

Francisco Nunes Ferraz Filho
Leiliane da Silva Mesquita
Carolina Pereira Aranha

DOI 10.22533/at.ed.64919231216

CAPÍTULO 17 187

PERCEPÇÃO DO ALUNO DO 9º ANO SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA APÓS A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Cristiane Martins Viegas de Oliveira
Thiago Teixeira Pereira
Diego Bezerra de Souza

DOI 10.22533/at.ed.64919231217

EDUCAÇÃO SUPERIOR

CAPÍTULO 18 198

A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR

Cristiane Aparecida da Rosa Rossi

DOI 10.22533/at.ed.64919231218

CAPÍTULO 19 207

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE

Gilcéia Damasceno de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.64919231219

CAPÍTULO 20 219

ADAPTAÇÃO DOS PRIMEIROANISTAS À UNIVERSIDADE

Cassandra Catarina Gonçalves Mineiro

DOI 10.22533/at.ed.64919231220

CAPÍTULO 21 233

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA A LUZ DA UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI

Vialana Ester Salatino
Andréia Morés

CAPÍTULO 22 246

ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO MEDIADA POR TECNOLOGIA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

[Luiz Clebson de Oliveira Silvano](#)

[Adriana Lúcia Leal da Silva](#)

[Greicy Oliveira Nascimento](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231222

CAPÍTULO 23 256

LAS ALTAS CAPACIDADES INTELECTUALES EN ESPAÑA: ESTADO DE LA CUESTIÓN

[Ramón García-Perales](#)

[Ascensión Palomares Ruiz](#)

[Antonio Cebrián Martínez](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231223

CAPÍTULO 24 270

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E SUA APLICAÇÃO NUM PROJETO DE MESTRADO NA COSTA AMAZÔNICA BRASILEIRA: MÉTODO E CONCEPÇÕES DE ANÁLISES

[João Plínio Ferreira de Quadros](#)

[Elder José dos Santos Silva](#)

[Raul da Silveira Santos](#)

[Francisco Pereira de Oliveira](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231224

CAPÍTULO 25 283

METODOLOGIAS ATIVAS: MÉTODOS E OBJETIVOS DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

[Renata dos Anjos Melo](#)

[Maria Luísa Bissoto](#)

[Fernando Jeronimo Neto](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231225

CAPÍTULO 26 292

O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA EXPANSÃO FORÇADA

[Dalmo Dantas Gouveia](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231226

CAPÍTULO 27 302

REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA DE ENSINO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL INDÍGENA NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNEMAT/BARRA DO BUGRES/MT

[Regiane Cristina Custódio](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231227

CAPÍTULO 28 310

TRABALHO DOCENTE: PERSPECTIVAS, CONCEPÇÕES E EPISTEMOLOGIA DA PRÁXIS

[Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues](#)

DOI 10.22533/at.ed.64919231228

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

CAPÍTULO 29	324
A TUTORIA NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DA UFRGS: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO E INTERAÇÃO ENTRE TUTORES E ALUNOS	
Tais Barbosa Rosane Aragón Franciele Franceschini	
DOI 10.22533/at.ed.64919231229	
CAPÍTULO 30	337
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) BASEADO EM HIPERMÍDIA EDUCATIVA PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO NOS PROCESSOS FORMATIVOS	
Ruben Dario Montoya Nanclares	
DOI 10.22533/at.ed.64919231230	
CAPÍTULO 31	348
CURSOS DE NUTRIÇÃO NO BRASIL: VAGAS, PERMANÊNCIA E MODALIDADE EAD	
Karen Hofmann de Oliveira Clevi Elena Rapkiewicz Vanuska Lima da Silva Divair Doneda	
DOI 10.22533/at.ed.64919231231	
CAPÍTULO 32	360
O PROFESSOR ENQUANTO PROFISSIONAL ESPECIALISTA E REFLEXIVO: DESAFIOS E IMPASSES PARA SE CONSTITUIR COMO DOCENTE NA ERA DIGITAL	
Mauricio dos Reis Brasão	
DOI 10.22533/at.ed.64919231232	
CAPÍTULO 33	373
TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS: POTENCIALIDADE E SUJEIÇÃO	
Marcelo Micke Doti	
DOI 10.22533/at.ed.64919231233	
SOBRE O ORGANIZADOR	381
ÍNDICE REMISSIVO	382

A GESTÃO ESCOLAR E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Data de aceite: 02/12/2018

Jéssica Dombrowski

Universidade Franciscana

Santa Maria – Rio Grande do Sul

Juliane Marschall Morgenstern

Universidade Franciscana

Santa Maria – Rio Grande do Sul

RESUMO: O artigo resulta da realização de um estágio curricular supervisionado em gestão escolar, no curso de Pedagogia e tem como objetivo discutir como as políticas educacionais que embasam a Educação Infantil no presente repercutem na organização pedagógica e no funcionamento das Instituições e Unidades de Educação Infantil brasileiras. A partir da vivência de estágio em uma Unidade de Educação Infantil, localizada em Santa Maria/RS foi possível perceber a influência decisiva das políticas públicas no funcionamento da Unidade e a necessidade de reivindicações realizadas pela equipe gestora como via para garantir a permanência de direitos adquiridos no campo da educação infantil. Para a análise pretendida, realizou-se uma pesquisa das políticas públicas que embasam a oferta de Educação Infantil no País, o acompanhamento dos movimentos de

gestão escolar na Unidade de Educação Infantil e foi aplicado um questionário semi-estruturado com as famílias das crianças que frequentam a Unidade. Percebeu-se que as políticas não somente influenciam como também regem o desenvolvimento pedagógico das ações realizadas nas Unidades de educação infantil do país trazendo aspectos que precisam ser debatidos a fim de repensar a educação no tempo presente. Nesse sentido, a gestão escolar tem papel central pois instiga o questionamento acerca da finalidade das práticas educativas, promovendo o debate e colocando em ação as proposições oficiais de educação que regem as políticas públicas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais. Educação Infantil. Gestão escolar.

SCHOOL MANAGEMENT AND EDUCATIONAL POLICIES FOR CHILD EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT: The article results from the accomplishment of a supervised curricular internship in school management, in the pedagogy course and aims to discuss how the educational policies that actually underlie the childhood education in the pedagogical organization and the functioning of the Brazilian

Institutions and Units of Childhood Education. From the experience of internship in a Childhood Education Unit located in Santa Maria / RS, it was possible to realize the decisive influence of public policies on the operating of the Unit and the need for claims from the management team to ensure the permanence of acquired rights in the field of Childhood Education. To realize the intended analysis, a survey of public policies that support the provision of Childhood Education in the country was conducted, the school management movements in the Childhood Education Unit were monitored and a semi-structured questionnaire was applied to the families of children attending the Unit. It was noticed that the policies not only influence but also govern the pedagogical development of the actions carried out in the Childhood Education units of the country, bringing aspects that need to be debated in order to rethink education in the present time. In this sense, school management plays a central role because it instigates the question about the purpose of educational practices, promoting debate and putting into action the official propositions of education that govern public policies in Brazil.

KEYWORDS: Educational policies. Childhood education. School management.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada no estágio de gestão escolar em uma Unidade Federal. O objetivo do projeto de estágio foi compreender como as políticas que embasam a Educação Infantil no Brasil repercutem na organização pedagógica e no funcionamento das instituições e Unidades de Educação Infantil.

Para isso foi realizado uma pesquisa e estudo sobre as políticas que orientam a Educação Infantil de nosso país e realizado o acompanhamento da organização da escola (gestão e comunidade escolar) para a mobilização que foi realizada no dia 10 de outubro de 2016. Para poder analisar o engajamento das famílias como parte da gestão escolar foi realizado um questionário com perguntas referentes às propostas de mobilizações da escola.

Ao observarmos as proposições das políticas emergentes nos últimos anos no Brasil, ficam visíveis os cortes de financiamento na educação, havendo diminuição de verbas, cortes de gastos e congelamento de vagas para nomeação de professores, principalmente no setor público. Algumas Unidades Universitárias do país já estão sendo fechadas, como por exemplo, as Creches da Universidade de São Paulo. Destaca-se, nesse ponto, a importância de as Unidades Federais estarem vinculadas à universidades para que seja possível proporcionar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, sendo este entrelaçamento imprescindível para interlocuções entre os diferentes centros de ensino e cursos na Universidade, assim como com as crianças e a comunidade externa.

Tendo em vista tais motivos, vê-se que as Unidades de Educação Infantil

de todo o país têm se mobilizado para o questionamento e transformação de tais problemáticas. Nessa direção, pode-se destacar que no mês de agosto de 2016 foi realizado em Campinas/SP o 1º Congresso Internacional de Educação Infantil da Unicamp e 1º Congresso de Creches Universitárias da América Latina e Caribe (UDUAL). Nesse evento, estiveram presentes os representantes de muitas Unidades Federais e, na ocasião, ficou decidido que o dia 10 de outubro seria o dia em que todas as Unidades se mobilizariam em defesa das Unidades de Educação Infantil e dos direitos das crianças. No encontro mencionado foi defendida a necessidade de uma educação gratuita, laica e de qualidade nas Unidades Federais, o que remonta ao debate acerca das dificuldades financeiras e de recursos humanos que tem assolado as Unidades de Educação Infantil no que diz respeito a perspectiva de sua manutenção. Nessa direção, o Congresso tornou-se um espaço de diálogo entre as diversas Unidades Federais para unirem suas forças por reivindicações e defesa do espaço da Educação Infantil.

A partir dessa motivação, a equipe gestora da Unidade em que foi realizado o estágio concentrou suas ações na mobilização da comunidade escolar e da sociedade de Santa Maria para a defesa e luta pelos direitos das crianças. Esta tese está fundamentada no princípio de que a Unidade proporciona e desenvolve os direitos das crianças e que sua precarização e fechamento privariam as crianças do mesmo. Por este motivo, a gestão escolar da Unidade promoveu e segue promovendo movimentos de mobilização junto à comunidade local.

2 | GESTÃO ESCOLAR

No contexto do estágio pode-se observar e refletir sobre a gestão escolar sendo necessário um aprofundamento teórico. A Gestão Escolar não se refere somente a uma palavra, mas diz respeito a uma concepção e a uma maneira inovadora de se pensar a antiga administração escolar. Verificando o contexto histórico da educação constata-se que a nomeação administração estava totalmente interligada aos processos da industrialização.

Esse se caracterizava por uma compartimentalização de tarefas, contendo uma detenção máxima do poder que se desintegrava em pequenas funções a serem desenvolvidas pelos indivíduos em uma área específica. Na década de 70 e 80 do século XX teve início uma discussão teórica no Brasil provocada pelo movimento de redemocratização que, por sua vez, possibilitou uma ampliação na autonomia referente ao regime político do país. A década de 90 foi demarcada pela universalização do ensino que até então estava ao alcance das classes mais favorecidas. Como marco desta década no contexto mundial temos o documento intitulado Educação: um Tesouro a Descobrir, que teve como

coordenador Jacques Delors¹ e neste elabora os quatro pilares para a educação. O documento contém uma política mundial construída pela equipe da UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI e se constitui como uma política mundial. A referida política repercutiu de maneira efetiva também no contexto brasileiro na formulação de leis para o aprimoramento e preparação da educação para o novo século que iria se iniciar.

Neste interím, a concepção de gestão escolar começa tomar acento especial. A gestão escolar se compara a lógica da empresa, pois ao se passar para o século XXI acontecem grandes mudanças na sociedade tendo como um dos fatores os avanços tecnológicos. Ao focar a gestão escolar e não a administração se chega ao conceito, de que todos contribuem para o andamento e processo de maneira democrática no contexto em que se encontram. Destaca-se uma descentralização do poder como também o empreendedorismo pessoal e grupal. Ao tratar do conceito de gestão depara-se com a sua abrangência. Em relação a tal abrangência, temos o estudo realizado por Lück (2006) em seu livro *Concepções e processos democráticos de Gestão Educacional*. De acordo com a autora:

No contexto da educação brasileira, tem-se dedicado muita atenção sobre a gestão do ensino que, como um conceito novo, supera o enfoque limitado de administração, a partir do atendimento de que os problemas educacionais são complexos, em vista do que demandam visão global e abrangente, assim como ação articulada, dinâmica e participativa (LÜCK 2006, p. 23).

Ao tratar de uma visão global, Lück (2006) apresenta a gestão como uma forma de concepção que não fragmenta os processos e a distribuição de tarefas, a fim de que se possa desenvolver um trabalho de forma orgânica e abrangente.

A partir deste contexto histórico e teórico de gestão justifica-se as ações realizadas na Unidade em que foi realizado o estágio. Todas estas, foram frutos de uma movimentação de gestão, de conscientização a toda comunidade escolar e de Santa Maria, pontuando que todos são responsáveis pelo bom andamento da escola como também a defesa pelos direitos condizentes ao ser infantil.

3 | POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao revisitarmos a história da Educação Infantil, fica visível sua trajetória marcada por constantes lutas pela garantia de direitos da criança e da infância. Isso, em parte se deve a uma função assistencialista assumida nos primórdios das ações voltadas à educação das crianças. Função esta que, com o passar do tempo foi sendo revista e atualizada nas políticas que regem a educação até vermos o reconhecimento de sua função no âmbito do educar e não somente em relação ao cuidar.

Na Constituição Federal de 1988, encontra-se, no artigo 227, assegurado o

direito da proteção universal da criança como também seu direito à educação.

No capítulo II, na seção I, encontramos, nos artigos 205 a 214, toda uma elaboração acerca das políticas que tangem a educação. No contexto destes artigos, entende-se que o Estado reconhece a Educação Infantil como seu dever e como um direito social das crianças. Este é, portanto, o primeiro passo que foi dado em relação aos seus direitos.

No Estatuto da criança e do adolescente, Lei nº 8.069, vemos, pela primeira vez de forma concreta, o reconhecimento pelos direitos das crianças. Nesta Lei, é novamente fortalecido o direito à educação na seção I art. 205 a 214, que coloca a educação como fator que visa o pleno desenvolvimento da pessoa humana. Nestes artigos, ainda fica bem presente a questão da “igualdade de condições para o acesso a permanência na escola” (inciso I do art. 206). E ainda no art. 206 o inciso IV trata da “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”.

Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), podemos acompanhar as constantes modificações no âmbito da Educação Infantil (EI). Foi a partir desse documento que a Educação Infantil passou a ser considerada a primeira etapa da Educação Básica.

Seguindo a perspectiva histórica, interessa apontar que, em 1998, foi promulgado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil que teve como objetivo ser um guia para o professor, respeitando as individualidades regionais e culturais, de maneira a atender as crianças em suas necessidades pessoais e específicas:

O Referencial foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira (BRASIL, RCNEI, 1998).

Ao citar “concebido” supõe-se que este foi fruto de muito estudo, sendo construído por pessoas qualificadas que buscaram compreender as crianças em suas necessidades de modo a corresponder aos seus direitos como cidadãos.

Vê-se que novas políticas passam a demarcar as ações do campo da educação infantil no país, sendo que a Resolução CEB Nº 1, de 7 de abril de 1999, institui pela primeira vez diretrizes nacionais de Educação Infantil. Essas diretrizes constituem-se na doutrina sobre Princípios, Fundamentos e Procedimentos na educação infantil. Esta resolução foi revisada e promulgada pela Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, sendo aperfeiçoada e complementada. Já na Resolução nº 2 de 19 de abril de 1999, é colocada como lei a formação para os professores que atuam na docência. Nesta pesquisa se colocou em relevância a formação do docente atuante na educação infantil. A referida Lei resolve que esses profissionais devem

ter a formação mínima do curso normal em ensino médio. Também estabelece competências a serem desenvolvidas por tais profissionais em sua formação. Nesse contexto também vemos a preocupação com o atendimento diferencial na educação, ou seja, fica em evidência a emergência da inclusão escolar como perspectiva a ser amplamente adotada pelos profissionais no presente. Nesse sentido, a Resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001, institui a educação para a educação especial na educação básica. Como parágrafo único descreve:

O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (CNE, CEB, 2001).

Na forma da Lei, esta resolução coloca a educação especial e sua inclusão na escola como direito de toda criança com necessidades singulares, supondo as escolas uma adequação e qualificação nos profissionais e nos espaços da escola. Essa resolução também resolve sobre a qualidade do atendimento dessas crianças, o que remete à flexibilidade nas adaptações curriculares e temporais de educação.

Considerando aos últimos anos, precisamente em 2009, foi acrescentado à LDB o artigo com redação dada pela Lei n° 12.014/2009, de seis de agosto. Este trata dos profissionais da educação e propõe a formação de profissionais qualificados para atender os diferentes níveis da educação. Referente à educação Infantil, constatamos, a partir do resgate histórico, que não era – e não é até hoje - exigido a graduação para os profissionais que atuam com as crianças, sendo requisito para a atuação a formação no Curso Normal de Nível Médio.

Contudo, durante muito tempo nenhum tipo de formação era exigido, sendo esta levada em consideração somente como possibilidade de assistência, e não de cuidado e educação. Como base teórica importante na luta pelos direitos das crianças, também temos o documento intitulado: “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças”. Este teve sua primeira edição em 1995 e sua segunda edição em 2009.

O documento traz de forma bem exemplificada, doze direitos das crianças, em duas partes. Na primeira parte contempla o funcionamento da escola, direcionando ações a serem adotadas especificamente com as crianças. Na segunda parte explicita “critérios relativos à definição de diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento de creches, tanto governamentais como não governamentais” (BRASIL, 2009 p.7).

Em 2013 vemos diversas alterações de artigos da LDB, com redação dada pela Lei n° 12.796, promulgada em quatro de abril daquele ano. Entre eles, citamos os artigos 29, 30 e 31, os quais tratam da contextualização da Educação Infantil, sua função, carga horária e idade referente. Também encontramos instigantes metas da

educação brasileira no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024, Lei 13.005), para a educação infantil:

Investir fortemente na educação infantil, conferindo centralidade no atendimento das crianças de 0 a 5 anos, é a tarefa e o grande desafio do município. Para isso, é essencial o levantamento detalhado da demanda por creche e pré-escola, de modo a materializar o planejamento da expansão, inclusive com os mecanismos de busca ativa de crianças em âmbito municipal, projetando o apoio do estado e da União para a expansão da rede física (no que se refere ao financiamento para reestruturação e aparelhagem da rede) e para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação (BRASIL, 2014, p. 10).

Nessa meta vê-se que a Educação Infantil teria prioridade, ou seja, “centralidade” para garantia do atendimento, visto que uma das metas é aumentar a oferta de vagas para crianças entre zero e cinco anos. Vê-se que, embora já se tenha alcançado muitas melhorias e reconhecimentos no âmbito da Educação Infantil, há ainda algumas metas a serem atingidas para se qualificar ainda mais as ações de educar e cuidar na Educação Infantil.

No contexto do corte de investimento na educação levantaram-se interrogações, a respeito destes direitos conquistados e os que ainda se deseja conquistar. Na unidade em que foi realizado o estágio ainda não há um quadro insuficiente de professores efetivos e esta nova política que está em tramitação, propõe um congelamento de oferta de vagas para professores efetivos durante 20 anos. Nessa direção se presume um sucateamento das instituições públicas.

Considerando essa possibilidade, a Unidade vem promovendo as reivindicações na área da Educação Infantil, lutando por “nenhum direito a menos” para as crianças, no sentido da educação pública, gratuita e de qualidade que as Unidades procuram proporcionar às crianças.

4 | METODOLOGIA

Em um primeiro momento foi realizada a observação do contexto da unidade federal de educação infantil, sendo colocado acento nos movimentos de gestão. Também foi realizado o registro das vivências de estágio em um diário de campo. Pela situação emergente da luta pelos direitos da criança optou-se como objetivo compreender como as políticas que embasam a Educação Infantil no Brasil repercutem na organização pedagógica e no funcionamento da Unidade de Educação Infantil.

Para isto a pesquisa foi realizada através de um estudo documental das leis que garantem os direitos das crianças em relação à educação infantil, sendo estes os critérios de seleção das políticas. A opção por analisar somente as resoluções e não os pareceres, se deu em razão do tempo e pelo motivo de os pareceres precederem a construção da resolução. Este estudo objetivou a compreensão dos

direitos que estão sendo reivindicados. Estas reivindicações se mostram como um movimento autêntico de gestão democrática, para abranger este aspecto a pesquisa envolveu a revisão bibliográfica de Lück (2006) e de Klaus (2016) como subsídios para compreender a história e a função da gestão escolar.

Posteriormente foi elaborado juntamente com a gestão da unidade um questionário referente ao “Dia D em Defesa das Unidades Universitárias de Educação Infantil e dos Direitos das Crianças”, para os pais. O questionário contemplou as seguintes perguntas: a) Como foi o seu envolvimento com esta mobilização proposta pela Unidade? Você se sentiu/se sente motivado (a) a participar? b) Qual a sua compreensão com relação ao que está sendo reivindicado? Você considera que esta mobilização foi/está sendo importante? Por quê? Este questionário objetivou analisar o engajamento das famílias como parte da gestão escolar, como também sua compreensão com os movimentos realizados pela unidade. As questões foram enviadas via agenda para todas as famílias e também pelo e-mail da Unidade, totalizando 137 questionários.

Tivemos o retorno de 27 questionários respondidos, dos quais somente um foi respondido via e-mail (20%) e 5 questionário foram entregues sem resposta (4%); os demais questionários no total de 105 (78%) não deram retorno.

Para ilustrar a realização dos questionários apresentamos o gráfico 1 a seguir:



Gráfico 1 - Engajamento das famílias

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Os dados recolhidos a respeito dos questionários foram analisados na perspectiva qualitativa, considerando a subjetividade dos indivíduos na opção e liberdade de consentimento por responder ou não aos questionários.

O presente estudo tem o intuito de contribuir com a discussão e mobilização em defesa das Unidades Universitárias de Educação Infantil e dos direitos das

crianças, para que o acesso à educação infantil pública continue sendo garantido.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio na Unidade Federal em Santa Maria, se realizou em um contexto atual que envolve questões de política educacional, como também dos direitos das crianças. Para a compreensão da gestão, escolar foi de suma importância acompanhar as movimentações realizadas. Estas iniciaram desde a preparação para o dia D que incluiu a reunião inicial com as famílias, o desenvolvimento das atividades com as crianças, o empenho de todos, até a realização da mobilização no dia 10.10.2016.

Todos os que participaram das ações demonstram sentir-se parte da gestão da escola, engajando-se e fazendo a sua parte. A direção e coordenação pedagógica iniciaram convidando as famílias para uma reunião que tinha como pauta principal conscientizá-los do contexto em que a unidade está vivendo e as ações que seriam propostas. Nesta reunião pode-se vivenciar a união da família e escola em uma gestão democrática. Os pais participavam ativamente das discussões trazendo ideias e suas experiências pessoais. Dentre estes que estavam presentes, alguns pais testemunharam que já “lutaram” pela institucionalização da Unidade e que estavam dispostos a lutar novamente para que a escola continue exercendo seu papel de promover educação infantil pública e com qualidade.

Posteriormente na reunião das professoras foram sorteados os 12 direitos das crianças, baseados na política dos Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (2009). Foram destacados dois direitos para cada turma, excetuando a turma vermelha (quatro meses a um ano e cinco meses) que fizeram uma ação diferenciada com todos os direitos pela questão da idade, mas considerando-os também protagonistas neste processo. As professoras como mediadoras conscientizaram as crianças de seus direitos e o contexto que a Unidade está vivendo. As crianças, por este motivo estão vivamente conscientes do que se trata essa “luta”. Neste sentido foi-se vivenciado a manifestação das crianças de uma das turmas, que no dia D pela manhã saíram pela Universidade, com os cartazes e panfletos confeccionados por elas, para distribuir como conscientização da comunidade acadêmica. As próprias crianças explicavam as pessoas: “Pelos direitos das crianças para que não fechem nossa escola”. Elas foram até o centro de educação onde dispuseram os cartazes divulgando a sua reivindicação. A respeito da análise do engajamento das Famílias, os 27 questionários respondidos, em suma descrevem um engajamento e conhecimento a respeito das ações realizadas pelos direito das crianças. Destes 27 questionários somente um descreve não ter participado das movimentações, mas estar apoiando as ações. Como exemplo é

citado a Família 24:

Antes da reunião, eu não tinha nem ideia dessa situação, não imaginava que isto estava ocorrendo e o quanto prejudicaria tantas pessoas. O que está sendo reivindicado é o não fechamento das escolas infantis nas universidades federais/ estaduais estas escolas não apenas são importantes para as crianças e suas famílias, mas também para os profissionais que atuam na instituição e o grande potencial de estudos e aprimoramento de pesquisas nesse ambiente á alunos e professores de diversos cursos universitários. Acredito que a nossa mobilização será relevante sim, e que não acabará aqui, se por um acaso não ter sido eficaz para a solução.

Na resposta desta família, percebemos o quanto se interessou pela causa da Unidade, e o quanto a reunião foi esclarecedora e motivadora. Esta família também demonstra reconhecer o valor e o desempenho da escola também no âmbito acadêmico.

A família 27 demonstra seu interesse e estudo a respeito das mobilizações:

Compreendo que as restrições e novas normativas em relação a educação infantil evidenciam um retrocesso no processo de ampliação ao acesso e a qualidade da educação infantil. Essas ações mostram o descaso que a educação, em um todo, poderá vir a passar. Além disso creio que o desconhecimento e a falta de mínimas noções de coerência das atitudes que vem sendo tomadas, configuram-se como um ato de violência às crianças e os seus direitos. A reivindicação faz juz a direitos conquistados e que ainda não são suficientes, mas que são capazes de manter minimamente as Unidades de educação infantil junto as universidades. Para além disso sua importância se dá no âmbito do envolvimento de pais e crianças em um ato democrático e político. É preciso que desde pequenos tenham consciência da potência de vida e da multiplicidade como ato de afirmação política. Unidades como o Ipê são espaços fundamentais não somente para as crianças, mas aos projetos que são desenvolvidos junto às universidades.

Esta família contribui com sua compreensão sobre o assunto em discussão e coloca como relevância os processos democráticos realizados na escola. Outro ponto interessante que pontua em sua resposta e o fato de descrever que os direitos conquistados para as crianças ainda não são suficientes, principalmente aquelas que estão na Unidade, e que até mesmo estes direitos estão sendo colocados em vacilação.

Com isto pode-se observar como as políticas públicas de educação infantil impactam no funcionamento das instituições de ensino e das Unidades Federais. Através da pesquisa realizada e o acompanhamento das ações como também do contexto, pode-se constatar que todos os movimentos realizados em prol dos direitos das crianças têm seu fundamento nos processos políticos nacionais. Deste modo as políticas impactam sim na gestão escolar, que vista em seu contexto democrático integra direção, coordenação professores, crianças funcionários e famílias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acessado em 20 de out de 2016.

BRASIL. MEC. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes curriculares nacional de educação infantil**. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Brasília, 2010.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm acessado em 02 de nov. de 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 12 ed. 2016.

BRASIL. MEC. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf acessado em: 28 de out de 2016.

BRASIL, MEC/SEF/COEDI. **Política nacional de educação infantil**. Dezembro de 1994.

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002610.pdf> acessado em: 28 de out de 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** Lei nº 10. 172 de 09 de janeiro de 2001 Disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10172.htm acessado em: 03 de nov de 2016.

BRASIL. **Plano nacional de educação**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acessado em 28 de out de 2016.

BRASIL. MEC/SEF. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acessado em: 28 de out de 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/ CEB nº 1 de 7 de abril de 1999**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf> acessado em: 01 de nov de 2016.

BRASIL. **Resolução CEB nº2 de 19 de abril de 1999**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_99.pdf. Acessado em: 01 de nov de 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2 de 11 de setembro de 2001**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acessado em: 03 de nov de 2016.

BRASIL. **Resolução CNE/ CEB nº 1 de 20 de ago de 2016**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb01_03.pdf Acessado em: 03 de nov de 2016.

LUCK, Heloisa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

KLAUS, Viviane. **Gestão e educação**. Belo horizonte: Autêntica, 2016.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação Pedagógica 20, 22, 40, 282, 333, 370

Adaptação 6, 127, 166, 176, 219, 220, 221, 222, 224, 230, 231, 249, 300

Aprendizagem 2, 3, 4, 5, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 29, 31, 36, 37, 43, 46, 49, 54, 66, 68, 70, 76, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 99, 100, 102, 105, 109, 110, 117, 119, 155, 163, 171, 179, 180, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 224, 225, 226, 229, 233, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 307, 308, 312, 313, 315, 316, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 336, 337, 338, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 350, 352, 356, 361, 362, 364, 368, 371

Avaliação 4, 8, 14, 44, 46, 49, 50, 51, 55, 62, 126, 130, 139, 140, 180, 203, 206, 213, 214, 219, 224, 226, 227, 231, 232, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 268, 269, 291, 295, 301, 312, 319, 331, 335, 349, 350, 352, 355, 381

C

Campos de Experiências 87, 88, 89, 90, 92

Consciência Fonológica 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8

Corpo 25, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 100, 159, 167, 182, 189, 190, 195, 306, 351, 376

Crianças 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 69, 70, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 124, 134, 160, 165, 181, 320, 362, 369, 371

D

Desenvolvimento 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 13, 17, 21, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 76, 78, 82, 83, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 94, 97, 99, 100, 101, 102, 105, 108, 109, 110, 113, 114, 117, 119, 120, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 139, 149, 150, 158, 160, 163, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 173, 176, 178, 179, 180, 188, 189, 198, 199, 201, 202, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 228, 229, 236, 240, 241, 242, 247, 248, 249, 253, 273, 283, 286, 290, 294, 310, 311, 312, 314, 315, 317, 320, 321, 324, 327, 328, 330, 334, 335, 338, 339, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 350, 351, 360, 366, 368, 371, 375

Desenvolvimento humano 97, 139, 164, 345

Desenvolvimento profissional docente 64, 66, 67, 68, 76

Didática 25, 28, 148, 149, 150, 151, 155, 168, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 244, 251, 292, 307, 308, 340, 362

Digital 64, 65, 68, 75, 76, 249, 250, 329, 336, 346, 360, 365, 373, 374, 375

Docência universitária 207, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218

Docente universitário 199, 207, 208, 209, 213

E

Educação Física 35, 174, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 286
Educação Infantil 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 63, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 108, 109, 110, 126, 134, 156, 181, 323, 326
Educação Matemática 148, 156
Educação Profissional e Tecnológica 121
Ensino de Ciências 148, 149, 157, 159, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 180, 181, 182, 184, 185, 186
Ensino de Estatística 148, 150, 155
Ensino Médio 14, 23, 100, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 140, 143, 148, 149, 150, 151, 156, 173, 175, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 221, 230, 291, 295, 297, 298, 299
Ensino superior 24, 115, 123, 124, 126, 127, 128, 131, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 232, 233, 235, 243, 244, 246, 248, 284, 286, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 305, 308, 326, 350, 355
Ensino Técnico 111, 112, 119, 121, 126
Escola Família Agrícola 157, 158, 168
Escola Pública 1, 20, 32, 33, 43, 140, 149, 151, 177, 322, 372
Escolas públicas 21, 22, 116, 117, 119, 131, 134, 135, 136, 169, 170, 171, 172, 298, 326
Estudantes primeiroanistas 219, 221, 231
Evasão Escolar 111, 112, 113, 115, 118, 127

F

Família 1, 14, 17, 18, 22, 30, 31, 46, 57, 61, 62, 75, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 110, 133, 139, 144, 152, 157, 158, 160, 164, 168, 230, 295
Finanças 52, 54, 56
Fonoaudiologia 1, 2, 5, 7, 8, 50
Formação profissional 64, 65, 68, 116, 123, 130, 160, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 217, 290, 318, 361, 368

G

Gestão escolar 9, 10, 11, 12, 16, 18, 32, 326

I

Infância 2, 12, 22, 23, 24, 33, 35, 40, 52, 54, 64, 65, 69, 70, 74, 78, 79, 82, 84, 86, 94, 97, 99, 126, 134, 156, 162, 177
Intus Forma 52, 53, 55, 63

J

Jogo 6, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 95, 190, 377, 379

L

Leitura 3, 4, 5, 7, 8, 64, 68, 69, 87, 88, 101, 102, 174, 175, 211, 303, 311, 317, 321, 329, 356, 364, 370

M

Médio Mearim-MA 169

Mercantilização da educação 121, 127, 130, 131, 132, 311

O

Oralidade 62, 64, 69

P

Percepção 2, 60, 61, 78, 81, 84, 85, 86, 139, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 224, 225, 230, 252, 282, 314, 374

Pio XII-MA 157, 158, 159, 160, 168, 172, 177

Política educacional 17, 112, 117, 118, 121, 124, 132

Políticas educacionais 9, 95, 125, 126, 129, 130, 132, 318

Práticas Educativas 9, 198, 328, 330, 338, 339

Práticas Pedagógicas 21, 23, 26, 69, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 224, 243, 290, 303, 306, 333, 334, 345, 346, 355, 366

Prematuro 44, 45

Professores de Educação Infantil 87

Professor-performer 34, 39, 41

R

Reforma do Ensino Médio 111, 113, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 187, 188, 189, 192

Reformas educacionais 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 312

Representações 120, 155, 219, 221, 224, 225, 227, 230, 231, 232

S

São Roberto-MA 169, 170, 171, 172, 173, 175, 178, 181, 182, 184, 185

Satubinha-MA 169, 170, 171, 172, 173, 178, 179, 180, 181, 182, 185

Sequência Didática 148, 149, 150, 151, 155

V

Vocabulário 3, 4, 64

